

Destaques normativos de 2022

Normativo	Conteúdo
Global	
German Supply Chain Due Diligence Act	Lei alemã que define requisitos para o gerenciamento responsável da cadeia de fornecedores das empresas.
Norwegian Transparency Act	Lei norueguesa que exige due diligence empresarial para o respeito aos direitos humanos e condições de trabalho decentes.
European Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD)	Regra da União Europeia sobre reporte de sustentabilidade, que exige divulgação de informações sobre riscos e oportunidades decorrentes de questões sociais e ambientais e sobre os impactos da atividade empresarial nas pessoas e no meio ambiente.
Brasil	
Decreto nº 11.075/2022	Estabelece as principais diretrizes para a criação de um mercado regulado de carbono no Brasil.
Circular SUSEP nº666/2022	Dispõe sobre requisitos de sustentabilidade, a serem observados pelas sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar (EAPCs), sociedades de capitalização e resseguradores locais.
Resolução CVM 175/2022	Prevê quais fundos podem carregar rótulos como ESG, sustentável e afins e classifica créditos de carbono e CBios como ativos financeiros.

Documentos de orientação

Diversas entidades setoriais e de mercado brasileiras publicaram guias de melhores práticas sobre temas ESG.

Diretrizes e orientações	Conteúdo
Guia ANBIMA para Ofertas de Títulos ESG	Guia que orienta instituições financeiras na oferta pública de títulos de renda fixa relacionados a critérios ESG.
Guia B3 de Sustentabilidade	Tem por objetivo compartilhar e disseminar conhecimentos, reflexões e melhores práticas a respeito do tema, que podem contribuir para a trajetória de diferenciação, perenidade e criação de valor de companhias.
ABNT PR 2030	Material orientativo da ABNT para integração ESG nas organizações.



Tendências para 2023

Destaques normativos

Proposta normativa	Conteúdo
Global	
European Parliament Directive on Corporate Sustainability Due Diligence	Proposta de diretiva sobre <i>due diligence</i> para promover comportamento corporativo sustentável e responsável, bem como ancorar os direitos humanos e as considerações ambientais nas operações e na governança das empresas.
European Green Deal - Regulation on deforestation-free products	Proposta de diretiva para proibir a importação para a União Europeia de produtos que contribuam para o desmatamento.
OCDE – Public Consultation – Guidelines for Multinational Enterprises	A OCDE solicitou manifestações de <i>stakeholders</i> interessados quanto à atualização das Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais, as quais determinam recomendações para governos e empresas buscando garantir a Conduta Empresarial Responsável.
U.S. Securities and Exchange Commission (SEC): 2023 Regulatory Agenda	De acordo com a agenda, a SEC planeja regular a divulgação das emissões de gases de efeito estufa, restrições para titulação de fundos e maior transparência e divulgações sobre como os fatores ESG são consideradas nas estratégias de investimento.
Brasil	
PL 1817/2022	Altera a Lei das S.A., a Política Nacional do Meio Ambiente e a Lei de Licitações e Contratos Administrativos a fim de induzir a adoção de boas práticas ambientais, sociais e de governança.
PL nº 572/2022 - Marco Regulatório sobre Direitos Humanos e Empresas	Cria o marco nacional sobre Direitos Humanos e Empresas e estabelece diretrizes para a promoção de políticas públicas no tema.

Audiências públicas

Organização	Objeto
Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC)	Revisão do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, alcançando de forma expressa temas ESG.
B3 - Brasil, Bolsa, Balcão	Proposta de nova regra ASG para listagem de companhias abertas que contempla critérios de diversidade para composição de Administração e Diretoria com repercussões também sobre política de indicação de conselheiros, remuneração de dirigentes, código de conduta e relatórios de sustentabilidade da companhia.

Tendências do mercado

Litigância ESG

À medida que as questões ESG se tornam cada vez mais difundidas, litígios relacionados ao comprometimento das empresas com a temática vêm aumentando ao redor do mundo.

Tema	Tendência
Atuação da Securities and Exchange Commission (SEC) dos EUA	A SEC tem intensificado sua ação de combate ao <i>greenwashing</i> , com apresentação de diversos casos administrativos contra gestores de fundos e recursos, e de casos judiciais contra companhias abertas.
Litigância climática 2.0: responsabilidade do Conselho de Administração	Tendência de litigância internacional em temas ESG pautada na responsabilidade pessoal de membros de Conselhos de Administração.
Conflitos com comunidades tradicionais e povos indígenas	Crescimento mundial de conflitos jurídicos com comunidades tradicionais e povos indígenas por questões relacionadas à Consulta prévia, livre e informada (CPLI) e reparação por danos socioambientais causados pelas mudanças climáticas.

Reporte

Tendência de aprofundamento dos requisitos de reporte da performance ESG e de busca por consistência de dados como meio de combate ao *greenwashing*.

Publicação dos novos <i>Standards</i> da Global Reporting Initiative (GRI).	
Pressão para adoção pelas companhias de disclosure sobre biodiversidade e avanço nas discussões para elaboração do <i>framework</i> da Taskforce on Nature-related Financial Disclosures (TNFD).	

Fortalecimento da Governança de temas ESG

Tendência de fortalecimento das estruturas e instrumentos de governança voltadas ao planejamento e monitoramento das questões ESG no âmbito das companhias.

Ampliação da adoção de comitês de aconselhamento a Conselhos de Administração.
Disseminação do voto como meio para pressionar Conselhos de Administração para adoção de estratégia e compromissos ESG, especialmente climáticos e de diversidade, equidade e inclusão.

Intersecção entre direitos humanos e meio ambiente

Formaliza-se a nível nacional e internacional a intersecção entre direitos humanos e meio ambiente, especialmente pautada na perspectiva climática.

Instrumento	Conteúdo
Global	
Resolução A/76/L.75 da Assembleia Geral da ONU	A Assembleia Geral da ONU declarou que todas as pessoas no planeta têm direito a um meio ambiente saudável, formalizando este como um direito humano.
Brasil	
ADPF 708	O STF reconheceu o caráter supralegal dos tratados em matéria ambiental como espécie do gênero tratados de direitos humanos, especialmente o Acordo de Paris, e reconheceu os deveres constitucionais do Estado de proteção climática.